

ATELIER 2 :

SALLE 124

PENSER LA DÉMOCRATIE PARTICIPATIVE POUR FAIRE FACE AUX CRISES ÉCOLOGIQUES ET POLITIQUES – PENSAR A DEMOCRACIA PARTICIPATIVA PARA ENFRENTAR AS CRISES ECOLÓGICAS E POLÍTICAS

Présidente de séance : Sabrina Bresson

Discutante : Nadia Somekh

Territórios têxteis: cooperativas que tecem linhas de emancipação e r-existência
Thiago Flores, Marcela Silviano Brandão Lopes, Samuel Braga (Université Fédérale du Minas Gerais, Brésil)

Le budget participatif est-il un outil pour imaginer des villes plus écologiques ?
Un regard comparatif entre Paris et Lisbonne

Giulia Giacche (Agro Paris Tech), Cecília Delgado (CICS.NOVA, NOVA.FCSH - Universidade Novade Lisboa)

Projeto urbano, produção normativa e práticas sociais instituintes: incidências no espaço público

Flávio Bertoldo (Collectif 15 Alors), Rosângela Lunardelli Cavallazzi (Université Fédérale de Rio de Janeiro), Mirela Fiori, Gabriela Fauth (Université Libre de Catalogne)

Territórios têxteis: cooperativas que tecem linhas de emancipação e r-existência

Thiago Flores, Marcela Silvano Brandão Lopes, Samuel Braga (Université Fédérale du Minas Gerais, Brésil)

Esta apresentação busca contribuir na discussão acerca experiências cooperativas e colaborativas, a partir da investigação sobre a diversidade das produções têxteis contemporâneas em Minas Gerais e suas relações com os territórios onde estão inseridas. Tomamos como ponto de partida grupos parceiros com os quais trabalhamos no contexto da disciplina “Práticas Têxteis no Urbano”, ofertada na Formação Transversal da UFM que acolhe propostas transdisciplinares abertas a toda comunidade e externos da Universidade.

Provocados por Ursula LeGuin a encontrar nas tramas do fazer têxtil as nossas histórias vitais, nossa humanidade que nos foi negada pela história do herói, para o primeiro dia de aula, pedimos às alunas para trazerem objetos de seus arquivos pessoais (tecidos, bordados e crochês) e os colocarem para contar suas histórias. Com esse exercício, pudemos começar a escutar os segredos que o fazer nos conta, que muitas vezes são silenciosos para quem tenta compreender apenas pela via da oralidade. Como nos convoca a autora Leda Maria Martins, a partir do conceito de oralituras, os movimentos performáticos são grafados pela voz e pelo corpo na oralidade, na qual o “gesto não é apenas uma representação mimética de um sentido possível (...) mas também institui e instaura a própria performance” (MARTINS, 2003,p. 65). Em extensão, podemos afirmar que o fazer se torna uma forma de contar e o artesanato uma expressão de um olhar subjetivo sobre o mundo.

Sensibilizar a turma sobre processos de escuta, registro e partilha, que participam do universo desses fazeres e respeitam os procedimentos de suas praticantes, foi essencial para cruzarmos nossas histórias particulares, encontrando nelas continuidades e rompimentos, para em seguida tramá-las junto às histórias de outros grupos visitados durante a disciplina.

Vale ressaltar que a produção têxtil é parte da identidade cultural e da economia do estado de Minas Gerais desde a época da colonização, quando as produções de tecido em fundo de quintal era a segunda principal atividade da região, depois da exploração do ouro. Quando no início do século XX este trabalho começou a ser absorvido pelas fábricas, essas passaram a concentrar renda e população. Em uma das vilas operárias mais emblemáticas, da fábrica de Biribiri, encontramos nos registros da gerência a procura por mulheres pobres, órfãs ou viúvas, consideradas corpos dóceis para o trabalho. Essas mulheres eram alojadas em pensionatos, com regras sobre horários, convívio e comportamento. Ao abrigá-las dos perigos do mundo, os patrões eram tidos como figuras paternas protetoras. As estruturas dessas fábricas remetem ao panóptico (FOUCAULT, 2008) dispositivo de controle da vida íntima, a partir da organização espacial.

Ainda assim, no avesso dos documentos oficiais, é possível encontrar as linhas de fuga das mulheres que produziam seu próprio cotidiano. As “malandras” que desobedeciam seus patrões, brincando ou namorando em serviço.

“Senhor gerente, comunico-lhe que foi necessário suspender dos serviços durante as 4:00 horas de hoje e o dia de amanhã, a operária Maria Madalena Brant, por motivo de ter largado a sua máquina, para se assentar em cima de um carrinho de transportar linha convidando a sua colega Welza para empurrá-la e a mesma aceitou, elas saíram brincando chamando a atenção de todas as suas colegas.” (APE-S/A. Fábrica do Biribiri – Cadastro de RH. 1918 -1959)

Pensar o cotidiano junto ao bordado, a partir dessa coexistência de um visível registrado no lado direito e um avesso que retrama as linhas de poder, nos permite enxergar hibridismos e controversas, que acompanham em formas distintas todas as histórias que visitamos. Foi o que aconteceu na disciplina, a partir da qual essas performances do fazer foram percebidas como duplos, algumas vezes contraditórios, outras complementares: sujeição-emancipação, poéticas-políticas, femininas-feministas, domésticas-públicas.

Como já mencionado, a disciplina foi desenvolvida ao lado de 3 grupos parceiros. A Estúdio Veste é uma marca que desenvolve produtos têxteis para uso doméstico. Formada por Luiza Luz e Dani Luz, sobrinha e tia, a história dos produtos se trama pela narrativa familiar. Aprendemos com elas sobre a riqueza da biografia pessoal para se alimentar as criações estéticas e que a continuidade da tradição só é possível pelo rompimento, que renova o que se repete em movimento espiralar.

O projeto Flores do Morro reúne duas vezes por semana moradoras do Morro das Pedras, favela localizada na região Oeste de Belo Horizonte. A partir de técnicas têxteis diversas, suas participantes contam suas histórias por meio de produtos, que também complementam suas rendas.

A Associação Casa Madre Teresa de Calcutá, localizada na favela Taquaril, atua no acolhimento e acompanhamento de mulheres com trajetória de rua. O bordado se tornou central na associação como uma atividade que possibilita reunir as assistidas e gerar renda.

Apesar de algumas similaridades - tais como localização periférica, intenção de geração de renda, na produção pelo fazer de um espaço coletivo de trocas e na predominância técnica do bordado e crochê -, os dois últimos projetos se distinguem quanto ao modelo de organização. O primeiro se organiza como grupo vinculado à UFMG e seu caráter horizontal permite a participação das mulheres nas decisões sobre todo processo, desde a técnica, até o tema e sua transformação em produto. O processo resulta em imagens diretamente relacionadas às biografias do grupo, os produtos contam histórias sobre suas vidas particulares articuladas à coletividade do território e redesenham as histórias da favela.

Segundo uma das voluntárias da Casa Madre Tereza, a organização mais dirigida e hierarquizada do trabalho se deve ao grau de vulnerabilidade das atendidas e a urgência que o processo gere renda. As mulheres recebem panos riscados e ao entregá-los são pagas em adiantado pela associação, cujas voluntárias se encarregam das vendas geralmente. Apesar disso, o fazer em roda permeia os bordados de histórias, desabafos, afetos e vínculos produzidos ali. Mesmo na repetição de motivos se produz momentos únicos, que coloreem seu cotidiano, como as linhas que escolhem livremente e dão identidade a cada trabalho. Como conciliar a produtividade e a liberdade criativa? De quais circuitos de consumo cada produção dessas participa?

Por meio de relatos de uma aluna, a Cooperativa Central Veredas também foi trazida para discussão em sala de aula. Localizada no Vale do Urucuia, onde cerca de 120 cooperativistas plantam, fiam, tecem, tingem, bordam e elaboram imagens que remetem ao universo vivido pelas artesãs, aliando, assim, auto-organização com uma produção estruturada (e hierarquizada), por meio de processos nos quais se desenvolve uma releitura da própria história regional e memórias particulares, suas festas e costumes, sua fauna e flora. Uma elaboração que não tem caráter bucólico, mas se articula aos imaginários sobre identidade.

A partir dos relatos e visitas, foi discutido em sala de aula se esses grupos têm diante de si a potência de, através da organização, estabelecer modos de vida emancipatórios, instituir relações de trabalho libertadoras que se organizam na própria práxis coletiva, que estabelecem tempos e objetivos

próprios. A organização permite a essas mulheres disputarem um mercado pela valorização de seus processos, histórias e produtos, recusando incorporar o ritmo de produção e meios de exploração das fábricas.

Outro ponto de discussão se deu a partir da ideia de arqueologia do cotidiano, realizada nos armários de famílias, a partir da qual encontramos trabalhos manuais, produzidos por matriarcas que, privadas da vida pública, encontraram na troca de panos-cartas canais de comunicação. No contexto da Veredas, estes panos são escritos pelas artesãs, elaborados em processos coletivos (da comunidade escolar ao ateliê partilhado), circulando, assim, as suas próprias construções imaginárias. É possível aproximarmos essa prática da estética de si proposta por Foucault (1984), considerando, inclusive, a dimensão múltipla que possui, visto que a partir dela há a soma de muitas singularidades, que atravessam gerações e reinventam constantemente a própria cultura local, em uma perspectiva histórica atualizada pelas criações.

Entretanto, os desafios são muitos e os sistemas de produção têxtil global geram pressões através de concorrências desleais e produção de imaginários publicitários que ocultam as formas de exploração humana e ambiental que os sustentam. O exemplo da Central Veredas abre para muitas questões: Como essas formas de fazer se desenvolvem considerando que, mesmo nos territórios ditos rurais, há um urbanismo extensivo (MONTE-MOR) crescente? No contexto do urbanismo neoliberal, como as práticas artesanais podem sobreviver ao imperativo da concorrência e da acumulação empresarial? Para além do direito à cidade, seria pertinente pleitear o "direito ao campo", entendendo aqui campo na sua temporalidade e capacidade de associações cooperativas, pautadas pelo cuidado e pela partilha?

Como trabalho final da disciplina, construímos uma instalação coletiva, a partir da qual pudemos relacionar as histórias bio-cartográficas registradas por cada aluna. A ideia original de costurar as narrativas da turma em uma colcha de retalhos deu lugar a uma composição provisória de bastidores, pendurados de maneira a rotacionarem entre o avesso e direito (cada um contendo parte de uma história), como nas constelações (LEFEBVRE, 2014), ou seja, imagens dos possíveis arranjos dos elementos que se reconfiguram de acordo com o ponto de vista e momento. Ficam novas questões: as narrativas constelares podem abrir para possibilidade de contar as histórias em um prática que desrespeita os limites geográficos e disciplinares modernos? Como trazer para análise esse convívio de figuras do avesso-direito?

Le budget participatif est-il un outil pour imaginer des villes plus écologiques ? Un regard comparatif entre Paris et Lisbonne

Giulia Giacche (Agro Paris Tech), Cecília Delgado (CICS.NOVA, NOVA.FCSH - Universidade Nova de Lisboa)

Autrices :

Giulia GIACCHE

Email : giulia.giacche@agroparistech.fr

Affiliation : UMR SADAPT INRAE/AgroParisTech, Université Paris Saclay 22 place de l'agronomie, Palaiseau

Cecília Delgado

Email: ceciliadelgado@fcs.unl.pt

Afilição - Interdisciplinary Centre of Social Sciences (CICS.NOVA), Faculty of Social Sciences and Humanities (NOVA FCSH), Universidade NOVA de Lisboa, Av . de Berna, 26 C, Lisboa 1069-061, Portugal

Idioma: Francês (présentation), Português
Participação presencial

2. A cidade frente aos desafios climáticos e ambientais

Introduction

La crise sanitaire de la Covid19 a amplifié les inégalités socio-environnementales dans les villes en termes d'accès à une alimentation durable ainsi qu'aux espaces verts et à la nature en général (Nikolli et Girault, 2021). L'objectif 11 (villes durables) de l'Agenda 2030 (2015) indiquait déjà la nécessité de renforcer l'urbanisation durable pour tous et les capacités de planification et gestion participatives, ainsi que l'importance de fournir un accès universel à des espaces verts.

Cette contribution vise à présenter un projet de recherche exploratoire encore dans sa phase initiale, qui porte sur le rôle de la participation citoyenne à la construction de réponses territoriales pour la résilience urbaine. Depuis une vingtaine d'années, il existe des dispositifs (ex : Agenda 21, budget participatif) qui permettent aux habitants de proposer leurs idées pour l'aménagement de l'espace urbain. Toutefois, ces instruments sont également critiqués quant à la place réelle donnée aux citoyens dans le processus décisionnel. De même, l'apport du numérique, notamment dans le cas du budget participatif, a un impact d'un point de vue qualitatif, car il permet un processus plus continu et des échanges plus structurés que quantitatifs (Douay, 2016).

Matériels et méthodes

Cette étude porte sur l'analyse du budget participatif comme un espace de construction de la durabilité urbaine. L'investigation vise à comparer les types de projets lauréats dans deux villes différentes : Paris (France) et Lisbonne (Portugal). Ces deux villes ont été choisies, car elles ont activé ce dispositif depuis une dizaine d'années.

Cela nous permettra de réaliser une analyse diachronique et synchronique du dispositif. L'étude se structure en deux temps et à deux niveaux. Tout d'abord nous investiguons, à l'échelle de la ville, l'évolution des typologies de projets (autour de la nature, agriculture, alimentation, compostage) d'un point de vue du domaine thématique et de leur distribution spatiale au sein de la ville. D'autre part, nous envisageons d'approfondir l'analyse sur l'année 2021 pouvant disposer des données

complémentaires (nombre de votes, commentaires de la ville ou des citoyens). Dans un deuxième temps, l'analyse sera réalisée à l'échelle fine des projets. Nous sélectionnerons des projets (comparables par localisation, typologie, fonctions remplies) pour approfondir les motivations des personnes les ayant proposés à l'aide d'entretiens semi-directifs. Nous réaliserons une analyse thématique qualitative du descriptif des projets et des entretiens à l'aide d'une grille de lecture qui sera couplée avec une analyse lexicométrique. Il s'agit ainsi de faire ressortir des tendances communes (ou pas) dans une trajectoire (individuelle et/ou collective) vers la transition écologique. Bien que le modèle, celui du budget participatif, soit le même, les différences dans sa structure et sa mise en œuvre apparaissent comme l'expression d'un rapport différent entre la puissance publique et la société civile dans les deux pays.

Résultats préliminaires

La ville de Lisbonne compte environ 545.000 et s'étale sur une 83,7 km². La ville de Paris en revanche compte plus de 2 millions concentrés sur 105,40 km².

Si Lisbonne a été précurseur en Europe dans la mise en place du dispositif en recevant aussi un prix en 2019, le dispositif est dans une phase de restructuration afin « *d'évaluer la faisabilité du Budget Participatif de Lisbonne, en particulier des projets approuvés dans les éditions de la dernière décennie et encore à mettre en œuvre, comme ainsi que l'examen des méthodologies de mise en œuvre, de suivi et de participation aux prochaines éditions du programme* »¹ (CML : 10).

L'analyse diachronique du dispositif fait ressortir l'écart entre les deux villes en termes de nombre de projets et de progression (Tab.1). Toutefois, dans les deux villes les projets concernant l'agriculture urbaine et l'alimentation sont le 9% des projets lauréats pour l'année de référence (2021).

Tab.1. Nombre de projets lauréats au BP dans les deux villes

Lisbonne	N° projets		Paris	N° projets
2021	69 (dont 5 sur AU et alim)		2021	124 (dont 7 sur AU et alim)
2018/2019	13		2019	388
2017/2018	11		2018	360
2016	15		2017	392
2015	14		2016	438
2014	13		2015	376
2013	16		2014	18
2012	15			
2011	5			

2010	6		
2009	12		
2008	5		

Une analyse plus approfondie a été réalisée pour l'année 2021.

En ce qui concerne les thématiques identifiées par les deux villes, on retrouve des similarités (en vert dans Tab.2.). Toutefois, la ville de Lisbonne identifie « le système alimentaire » comme une thématique à part entière.

¹https://www.lisboa.pt/fileadmin/download_center/orcamento/2023/gop/GOP_2023_2027.pdf
fTab.2. Domaines thématiques du BP dans les deux villes (2021)

8 Thématiques BP Lisbonne 11	Thématiques BP Paris
Adaptation et atténuation du changement climatique	Éducation et Jeunesse
Énergie propre et renouvelable	Prévention et sécurité
Économie circulaire	Attractivité et emplois
Revitalisation efficace du bâtiment	Propreté
Réduction de la pollution et préservation/récupération de l'écosystème et de la biodiversité	Environnement
Système alimentaire équitable	Cadre de vie
Mobilité intelligente et durable	Mobilités
Sport et promotion de la santé physique et mentale	Sport
	Santé
	Solidarité
	Culture et patrimoine

En ce qui concerne les projets à Lisbonne on retrouve cinq projets lauréats qui portent sur des thématiques en lien avec l'agriculture urbaine et l'alimentation. On y retrouve trois types de projets. Un premier type est composé de deux projets qui ciblent les établissements scolaires et inscrits dans la thématique la thématique « réduction de la pollution et préservation de l'écosystème et biodiversité ». Un premier projet intitulé « Soluções baseadas na natureza nas escolas : pela biodiversidades e pelos alunos » qui propose la mise en place "de divers types de solutions basées sur la nature : construction d'infrastructures vertes (comme potagers, vergers et toitures vertes), ... » pouvant créer nouvelles opportunités d'apprentissage, de contact avec la nature d'une part, et augmenter la biodiversité locale et l'atténuation des effets de changement climatique d'autre part. Le projet « Escola km 0 » vise un espace de production et sensibilisation en lien avec l'école. Dans le descriptif, la volonté de créer un système de production vertical (6 mètres) en maraîchage pour augmenter la production et approvisionner la cantine scolaire est mise en avant.



OP:OP 2021

Data de criação:04/04/2021

Área Temática:Redução da poluição e preservação/recuperação do ecossistema e da biodiversidade

Grupo:Aquisição de bens ou serviços

Local:

Freguesia(s):Marvila

Unidades de Intervenção Territorial:Zona Oriental

Destinatários:Directos: Funcionários, Alunos da Escola; Indirectos: Familiares e Moradores dos Bairros envolventes

Impactos da proposta para a Cidade e/ou Freguesia:Redução da Pegada Ecológica; Pedagogia Ambiental; Alimentação Saudável; Novas Dinâmicas Comunitárias

Une deuxième typologie est composée de deux projets dans la thématique « système alimentaire équitable » visant à propager des initiatives d'autoproduction dans le quartier central. Un premier projet intitulé « *Cheira bem, cheira lisboa* » vise à atteindre tous les résidents du centre qui devraient recevoir des semences de basilic. L'objectif est de stimuler l'intégration de cette herbe aromatique dans le régime alimentaire, une plante qui est aussi, comme indiqué dans le descriptif du projet, est un symbole du Saints populaires. Une seconde initiative plus ciblée sur Campo de Ourique afin de le rendre « plus verts » visant à fournir « un « *kit de semis* » d'herbes aromatiques composé d'un vase, d'un substrat et de quelques graines (tels que : persil, coriandre, basilic, ciboulette, origan, sauge, sarriette, romarin) ».



OP:OP 2021

Data de criação:26/03/2021

Área Temática:Sistema alimentar justo (From farm to fork)

Grupo:Aquisição de bens ou serviços

Local:Jardim Teófilo de Braga, (em frente ao n° 26 da rua do 4 de Infantaria), 1350-266 Lisboa, Portugal

Freguesia(s):Campo de Ourique

Unidades de Intervenção Territorial:Centro Histórico

Destinatários:População da Freguesia de Campo de Ourique

Impactos da proposta para a Cidade e/ou Freguesia:Educação ambiental; melhoria do meio ambiente; desenvolvimento pessoal; promoção de uma alimentação

Enfin un troisième type qui s'inscrit dans la thématique « Revitalisation efficace du bâtiment » qui propose la mise en place de toiture végétalisée dans tous les nouveaux immeubles et ceux en cours de rénovation. Dans ce projet, une référence explicite est faite à la France en proposant de doter les toitures avec des équipements spécifiques pour produire de l'énergie, récupérer la pluie et/ou développer de l'agriculture urbaine (ex. urban farming, apiculture...).

En ce qui concerne la ville de Paris, les projets sont aussi diversifiés.

Six de huit projets concernant l'agriculture urbaine et alimentation sont inscrits dans la thématique « Environnement », un autre « Solidarité et cohésion sociale » et un dernier dans « Cadre de vie ». L'analyse lexicométrique (Fig.1) des descriptifs de 8 projets montre que la biodiversité revêt une importance prédominante et que la dimension de création et de projet est également importante. Le dispositif mobilisé davantage est le jardin partagé cependant il y a aussi des références aux vergers, espaces verts, végétalisation.

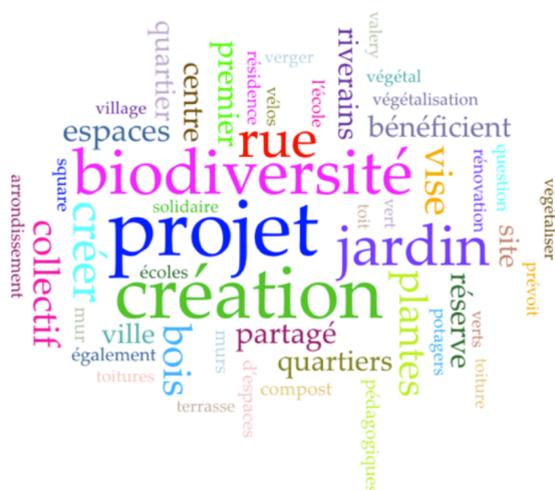


Fig.1 Analyse lexicométrique descriptive des projets.

Les espaces qui sont également investis par ces projets sont les toitures, les murs. En ce qui concerne les écoles deux projets visent « promouvoir la biodiversité et la nature en ville par la création d’espaces consacrés aux initiatives éco-citoyennes..... L’idée est par ailleurs de sensibiliser la jeunesse à la biodiversité alimentaire en créant des parcours pédagogiques « écoles comestibles », par la création de potagers dans les cours d’écoles”.

En ce qui concerne le budget alloué aux BP, pour l’édition 2021 la Camara Municipal de Lisbonne prévoit une dotation globale de 2 500 000 €, répartie en deux groupes de projets : i- Les propositions de projets impliquant des marchés publics de travaux dont le montant est inférieur à 150 000 € ; ii Propositions de projets impliquant l'acquisition ou la location de biens mobiliers, ou l'acquisition de services d'une valeur inférieure à 75 000 €. En revanche la ville de Paris pour la même période a alloué 75 millions d'euros sera consacré à la réalisation de ce projet dont 2 millions que pour Paris centre-ville.

Des pistes d’ouverture

L’objectif de ce travail est celui de mieux comprendre le rôle de la participation citoyenne à la construction de réponses territoriales pour la résilience urbaine. Les modèles proposés via le budget participatif convergent vers une nouvelle manière d’intégrer la nature et agriculture à la fois dans les écoles mais aussi dans les quartiers. Les objectifs de sensibilisation, d'amélioration du cadre de vie et de végétalisation ressortent dans les deux pays. Par ailleurs, une référence explicite est aussi faite à une circulation des modèles (France versus Portugal) pour les toitures végétales.

Toutefois, la contribution du BP reste limitée à la fois en termes de participation citoyenne : nombre de projets total déposés par rapport à la population (et par ailleurs, à Paris, il y a le même porteur de projet pour plusieurs projets) mais aussi en pourcentage les projets concernant l’agriculture et l’alimentation sont minoritaires.

Une perspective future sera cela de rendre compte s’il existe d’autres programmes qui répondent dans chaque ville à ces objectifs et les comparer en termes de projets proposés, localisation, fonctionnement, budget, participation.

Références citées dans le texte

CML – Camara municipal de Lisboa, Grandes opções do plano 2023 / 2027 da cidade de Lisboa.

Douay N. (2016). La numérisation des dispositifs de participation de la Mairie de Paris, Netcom [En ligne], 30-3/4 | 2016, mis en ligne le 21 mars 2017, consulté le 03 mars 2023

Nikolli A., Girault C. (2021). L'accès à la nature au prisme de la crise sanitaire, ou le contrôle politique d'un espace de liberté, Cybergeog : European Journal of Geography [Online], Political, Cultural and Cognitive Geography.

Projeto urbano, produção normativa e práticas sociais instituintes: incidências no espaço público

Flávio Bertoldo (Collectif 15 Alors), Rosângela Lunardelli Cavallazzi (Université Fédérale de Rio de Janeiro), Mirela Fiori, Gabriela Fauth (Université Libre de Catalogne)

Flávio Bertoldo - Collectif 15 Alors (França)

Gabriela Fauth – Universitat Oberta de Catalunya (Espanha)

Mirela Fiori - Universitat Oberta de Catalunya (Espanha)

Rosângela Lunardelli Cavallazzi - UFRJ/PUC-Rio (Brasil)

Idioma (português e francês)

Participação presencial – GT 1

O presente trabalho decorre de pesquisas interinstitucionais entre Universidade brasileiras e europeias realizadas e em curso no âmbito do Laboratório de Direito e Urbanismo do Programa de Pós-Graduação em Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro. O grupo de pesquisa formado por diferentes pesquisadores nacionais e internacionais vem desenvolvendo propostas relacionadas a dinâmicas territoriais contemporâneas e direitos sociais, mantendo como eixo central o direito à cidade e as práticas sociais instituintes.

O objetivo principal deste estudo é explorar a relação existente entre o processo de mercantilização da cidade e a resistência da sociedade civil a partir de intervenções no espaço público urbano através de abordagens participativas de co-concepção e co-construção realizados com ações de cidadania, albergando a possibilidade de um diálogo que representa a compreensão do direito à cidade a partir de Henri Lefebvre.

A cidade, ao ser compreendida pelo seu duplo caráter contraditório de obra e produto, carrega na sua constituição a condição de ser um artifício humano, fruto do trabalho social (TOURINE, 2009). Logo, sendo realização humana, descola-se da noção de natureza e adentra-se na noção de história, na noção de transformação. É por esta razão que a cidade pode ser considerada como um direito a ser conquistado, na medida em que um direito revela algo disputável, fruto de ações políticas e, obviamente, portador de história. O direito à cidade, portanto, constitui ao mesmo tempo meta e uma condição da cidade como artifício, como obra humana.

No atual contexto do capitalismo contemporâneo em que predomina a hegemonia de políticas neoliberais, políticas de mercado são agravadas por medidas de austeridade, instauradas e em curso, alcançando diversas dimensões da vida social, especialmente nas esferas social, econômica, política e intercultural. Neste contexto, a legitimação de um poder hegemônico de regulação de mercados reflete diretamente em desdobramentos no plano da produção do espaço urbano, configurando as chamadas cidades standard¹.

Está nas relações de mercado e em detrimento da política, o percurso vital para a transformação das cidades, através de um *modus operandi* de pretensa flexibilização da legislação urbana que repercute de maneira central na dinâmica global do capital; na valorização do setor imobiliário e do uso e ocupação do solo que privatizam espaços públicos; até processos mais atuais de gentrificação e turistificação que expulsam moradores de seus bairros e colocam em xeque a eficácia social do direito à cidade.

¹ Conceito desenvolvido no âmbito dos projetos do Laboratório de Direito e Urbanismo LADU/PROURB/UFRJ.

Neste sentido, nos perguntamos se o espaço público como lugar de todos está em crise. E nos dirigimos a explorar como a mercantilização do espaço público afeta a vida cotidiana de seus moradores e espaços de vida democráticos. Como este movimento próprio do capitalismo e do mundo contemporâneo conduz a retrocessos que podem precarizar direitos e se a as possibilidades de resistência poderiam vir da mobilização e de políticas urbanas oriundas de práticas sociais instituintes.

O neoliberalismo impõe o paradigma da gestão empresarial na cidade, como espaço abstrato, produzido pela regeneração urbana, donde obtém benefícios e com o qual pode competir com outras cidades globais (Sassen, 1991). Por tanto, cabe refletir sobre o possível agravamento das vulnerabilidades urbanas, ocasionados por tensões e conflitos que conduzem diretamente a uma análise dos impactos do projeto neoliberal.

O debate entorno ao direito à cidade é constante e cada vez mais crescente. De tal modo que o direito à cidade a partir da obra de Henri Lefèbvre constitui-se na primeira entrada de luta por transformações mais profundas na sociedade. E sua importância está em recuperar as práticas sociais instituintes, de modo que retomá-las ou reconhecê-las está no núcleo central do conceito do direito à cidade, garantindo a eficácia social do mesmo.

O modelo neoliberal de projetos urbanos caracteriza as cidades como estandardizadas, onde os modelos de governança (gestão), formas, usos, construções normativas e atividade política, estão reguladas pelas “leis” do mercado. Como consequência deste pacto excludente, se anula a atividade política, reduzindo a cidadania a coparticipe nos projetos urbanos, posto que simplesmente aderem a projetos pelo qual não participaram efetivamente.

Diante deste cenário, vimos emergir principalmente a partir da metade dos anos 2000 uma abundância de iniciativas experimentais urbanas com o objetivo de transformar as cidades com propostas alternativas ao *modus operandi*, iniciativas tão variadas quanto suas denominações: participativas, colaborativas, efêmeras, temporárias, transitórias, táticas, entre outros.

Uma experiência militante pode ser observado na classificação de algumas destas iniciativas como *Insurgent urbanism* ou *Guerilla urbanism*. Segundo Castells (1999), a revolução tecnológica, com foco na tecnologia da informação, começou a remodelar a base material da sociedade e, portanto, o espaço urbano. A lógica da rede, definida de forma colaborativa e sem líderes mais evidentes, permitiu a produção de grupos mais horizontais que se configuram não por seus membros, mas por suas ações.

Deste modo, novos atores se organizam em coletivos e associações com composições multi e transdisciplinares através de intervenções pontuais, em pequena escala, marcadas pela curta temporalidade e baixos orçamentos para execução. A abordagem *bottom-up* que parte do princípio de buscar e atender às necessidades e desejos dos habitantes, onde estes têm a possibilidade de participarem ativamente na realização dos projetos, se apresenta como uma opção muito mais favorável que o urbanismo convencional, caracterizado por suas restrições administrativas e técnicas, procedimentos complexos e lentos de planejamento e concretização.

Estas ações em certa medida rompem com o paradigma técnico-científico dos projetos urbanos e incluem uma dimensão política (REYES, 2022), onde as práticas sociais instituintes podem ser protagonistas. Mas, ao mesmo tempo, a interpretação flexível de normas de implantação, a possibilidade de amortização de parte dos custos de gestão, de transformar rapidamente a imagem e reativar a dinâmica de certas áreas, além da possibilidade de trazerem retornos políticos e comerciais graças à sua agilidade e velocidade vão de encontro aos anseios do modelo neoliberal, na figura de promotores imobiliários e agentes públicos.

Assim, as incorporações destas práticas sociais ficam situadas uma etapa que levanta algumas questões, como: o que acontece com os valores de solidariedade, cooperação e cidadania defendidos pelos coletivos originários? Até que ponto esses valores estão realmente incorporados na realidade ou são usados apenas como argumentos de comunicação? E, enfim, como a intervenção criativa temporária consegue ser realmente incorporada no projeto permanente?

Para avaliar estas questões, podemos observar algumas iniciativas realizadas na cidade de Lille, na França, e no Rio de Janeiro, no Brasil.

Em Lille, vamos nos concentrar no caso da *Place Maurice Schumann* e nas ações realizadas pelo Coletivo 15 Alors. Fundado em 2017 por duas brasileiras, Claudia Vilela e Jéssica Malhaprez, 15 Alors é um coletivo de investigação e ideias a serviço de uma cidade mais convival e compartilhada. Ele realiza diferentes ações urbanas para promover a consulta pública através de uma abordagem participativa com habitantes e outras associações, a fim de democratizar o design e estimular a reapropriação do espaço público, sobretudo de locais considerados esquecidos ou ignorados.

Para o caso do Rio de Janeiro, vamos nos concentrar na atuação do coletivo Urb-I. *Urban Ideas*², surgido no final de 2014 com o objetivo de democratizar o urbanismo e tornar as cidades mais humanas, democráticas e vivas. Eles realizam atividades para inspirar os habitantes a se tornarem atores engajados a agir concretamente na construção de espaços públicos mais agradáveis e convidativos para as pessoas. Ganham bastante destaque com o projeto 'Antes-Depois', ao mostrarem exemplos pelo mundo de transformações do espaço público, de automóveis para pedestres, visto pelo Google streetview.

Destacamos três propostas realizadas pelo coletivo para locais que também poderiam ser classificados nas tipologias estabelecidas por 15 Alors como 'praças e largos rejeitados'.

O coletivo Urb-I. Urban Ideas visa mostrar outras formas de desenvolver o urbanismo tático na cidade do Rio de Janeiro, cujas práticas não são tão recorrentes e muitas vezes dentro do modelo de parceiras público-privadas, como o "Paradas Cariocas"³.

Ao contrário da proposta que ocorre em outras cidades do Brasil e do mundo, onde os Parklets são inspirados no Parking Day como extensões da calçada em vagas de estacionamento para ter mais espaço para os pedestres, o Paradas Cariocas realiza a privatização do espaço público, com a multiplicidade de usos e propostas das ocupações efêmeras ou temporárias reduzidas a um modelo a ser seguido. Não por acaso, a maior parte dos locais instalados são nos bairros da zona Sul e na Barra da Tijuca da cidade, onde comerciantes aproveitaram para estender suas áreas.

Esta estratégia, inclusive, foi recorrente a partir da pandemia do Covid-19. As regras de distanciamento físico durante e após o confinamento conduziram à remodelação dos espaços públicos para assegurar alternativas de mobilidade com a implantação de ciclo faixas e zonas pedonais mais largas, garantindo também a ampliação de áreas para as atividades comerciais. Se estas transformações trouxeram finalmente respostas mais contundentes e difusas sobre os questionamentos recorrentes do papel e espaço dedicado aos automóveis nas cidades contemporâneas, nos parece legítimo questionar as razões pelas quais este paradigma foi abalado – seria o desejo de "experimentar um novo normal", de resolver tudo porque "a economia não podia parar"? Ou apenas um avanço mais consistente das políticas neoliberais?

² Website do coletivo: www.urb-i.com

³ <https://leismunicipais.com.br/a1/rj/r/rio-de-janeiro/decreto/2015/3998/39983/decreto-n39983-2015-cria-o-programa-paradas-cariocas-no-municipio-do-rio-de-janeiro-estabelece-criterios-e-procedimentos-necessarios-para-seu-funcionamento-e-da-outras-providencias?r=p>

A partir dessas reflexões o objetivo deste trabalho é o de reconhecer a necessidade de buscar a participação, a organização, a ampliação das arenas coletivas e a reivindicação pelas demandas sociais a fim de garantir por si mesmo o direito à cidade, seja através de práticas institucionalizadas ou não.